

O computador sem juízo

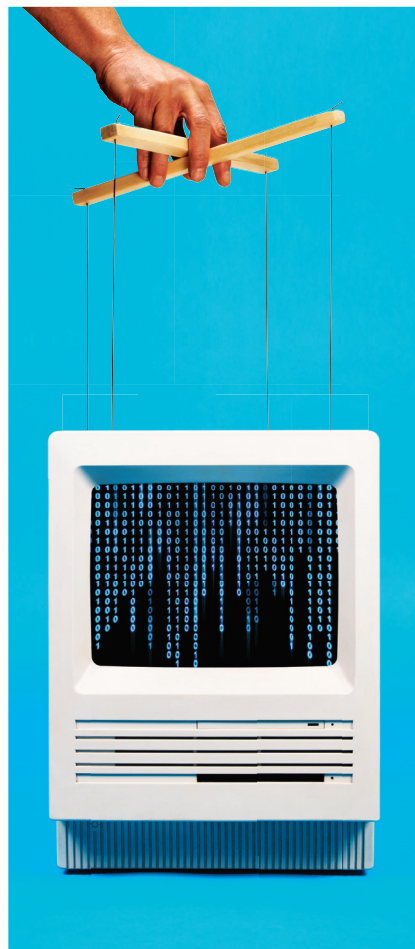
Usada para recolher e relacionar dados que ajudem a decisão do juiz, a tecnologia tem mostrado nos EUA um quê de Lava Jato: é parcial e preconceituosa

Há um personagem novo na cena judicial norte-americana: o computador. Na verdade, não tão novo assim, já que, desde a década de 80, os tribunais têm se utilizado da coleta de dados digitais para auxiliar as decisões dos juízes e jurados. Mas só há pouco tempo é que as informações colhidas na rede passaram a ter um reconhecimento mais confiável e mais decisivo nos labirintos do Judiciário.

O computador ajuda a responder questões como: quantos anos de prisão deve receber uma mulher bipolar acusada de um crime? Ou: aquele jovem, provavelmente inocente, à espera de julgamento, pode ser libertado sob fiança sem o perigo de que venha a cometer alguma transgressão?

A ferramenta amplamente usada para responder a tal tipo de pergunta é um algoritmo capaz de calcular “as taxas de risco” para acusados que estejam sendo sentenciados ou ouvidos em audiência. Instrumento ideal para os fanáticos do PowerPoint – os bem-intencionados e os fariseus do Apocalipse. Mas o sistema passou a ser criticado por pesquisadores sérios. Um estudo recente, publicado na *Science*, indica que as sugestões feitas pelo computador costumam ser mais equivocadas do que as anotadas em papel e lápis. Muitas das Cortes estaduais dos Estados Unidos estão de volta ao modelo manual.

Um problema que atormenta as autoridades judiciais americanas é a superlotação das cadeias. Ser acusado de um crime, mesmo um delito mais inofensivo, como roubo ou dirigir sob influência do álcool,



Pela programação usada, o algoritmo acusa: os negros transgridem mais do que os brancos

pode levar à prisão. Mas, se os dados reunidos a seu respeito – escolaridade, vida em família, comportamento social, uso ou não de drogas – indicarem risco reduzido de reincidir no crime, você pode ir para casa, sob fiança, com ou até sem tornozeleira.

Ativistas dos direitos civis perceberam que o tal algoritmo pode ser perigosamente preconceituoso – ou são racistas os técnicos que o programaram. Repórteres investigativos da *Pro-Publica*, uma fundação independente, descobriram que um dos sistemas, a COMPAS (que visa investigar o perfil dos suspeitos para sanções alternativas), classificava desproporcionalmente os prisioneiros negros como de “alto risco” e os brancos, de “baixo risco”.

A reportagem da *Pro-Publica* intrigou Julia Dressel, cientista da computação no Dartmouth College. Ela colocou-se uma questão singela: quem é melhor para definir riscos, as máquinas ou os homens? Usou a mesma base de dados da *Pro-Publica*: 10 mil acusados de Broward, Flórida, à espera de julgamento, bem como a projeção de seus comportamentos criminais pelos próximos dois anos.

Ms. Dressel escolheu aleatoriamente mil casos, com informações sobre sexo, idade e ficha pregressa. Recrutou 400 voluntários e forneceu a eles os mesmos dados. A tarefa consistia em apostar quem iria transgredir no espaço de dois anos – e a pesquisadora ficou esperando. Na comparação, os resultados foram semelhantes. A única diferença é que o computador confirmou seu viés racista: apostou que os negros iriam transgredir mais do que os brancos. O algoritmo não se confirmou.

A matemática Cathy O’Neil, que dirige uma firma de consultoria de risco em Nova York, ouviu o alerta. “As pessoas se impressionam com a sofisticação matemática, mas é só uma distração”, diz ela. “É preciso muito cuidado. Não há nada de objetivo em botar gente na cadeia.” •

ISTOCKPHOTO